

## Resumo de Convênio

Referência

13/12/2022

Registro => 12449  
Entidade => 50/023  
UNIVERSIDADE DE VIGO

Objetivo : O objeto deste convênio consiste em regular a colaboração entre a Universidade de Vigo e a Universidade de Brasília

Órgão Gestor : 367 - INT - Secretaria de Assuntos Internacionais  
Gestor : 1048791 - VIRGILIO PEREIRA DE ALMEIDA  
Gestor Subst.: 1107461 - DIEGO DE TASSIO SILVA  
Ato: 267/2022 - 12/12/2022

Instrumento : 3 - Acordo de Cooperação  
Natureza : 6 - Cooperação Técnica, Intercâmbio  
Esfera Admin. : 5 - Internacional

Data Assinatura: 09/12/2022 Data Início : 09/12/2022 Data Término : 09/12/2026

Valor : 0,00  
Nro Processo : 23106.123358/2021-60  
Nro Processo Origem :  
Código SIAFI :

## -----1ª Publicação DOU-----

Responsável: FUB  
Data : 13/12/2022 Número : 233 Página : 95

Contato : Universidade de Vigo  
Endereço :

Telefone :

**CONVÊNIO MARCO DE COLABORAÇÃO  
ENTRE A UNIVERSIDADE DE VIGO  
E A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Vigo, na data da última assinatura eletrónica

**REUNIDOS**

Dunha parte, Manuel Joaquín Reigosa Roger, Reitor Magnífico da Universidade de Vigo, nomeado segundo o Decreto da Comunidade Autónoma de Galicia 110/2022, do 9 de junho, publicado no *Diário Oficial de Galicia (DOG)* nº 117, de 20 de Junho de 2022, de acordo com as competências outorgadas pelo artigo 20 da Lei orgânica 6/2001, de 21 de Dezembro, de Universidades, e o artigo 29 dos Estatutos da Universidade de Vigo, aprovados pelo Decreto 13/2019, de 24 de Janeiro, e publicados no *DOG* nº 38, de 22 de Fevereiro de 2019. Com domicilio no Edifício Exeria, campus universitario, 36310 Vigo.

E de outra a Universidade de Brasília, instituição federal de ensino superior, fundação pública, criada pela Lei nº. 3.998, de 15/12/1961 e instituída pelo Decreto nº. 500, de 15/01/1962, inscrita no CNPJ sob nº. 00.038.174/0001-43, sediada no “Campus Universitário Darcy Ribeiro”, Asa Norte, CEP 70910-900, Brasília/DF, Brasil, neste ato, representada por seu Secretário para Assuntos Internacionais, Prof. Virgílio Pereira de Almeida, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília, DF, portador do CPF nº. 659.398.756-53 e do RG nº. M3.993.431 SSP/MG, com delegação concedida pelo Ato da Reitoria Nº 0843/2020.

Se reconhecem mutuamente com capacidade jurídica suficiente e poder bastante para vincular-se ao presente acordo e, a tal efeito,

## EXPÕEM

I.- Que ambas partes consideram de interesse comum promover a cooperação e a colaboração para o desenvolvimento científico e tecnológico, procurando uma aplicação prática do conhecimento em prol da sociedade.

II.- Que é desejo de ambas instituições a assinatura de um convênio que instrumente e regule suas relações por meio da eventual subscrição de convênios específicos.

Com base no exposto, ambos manifestam sua vontade de subscrever este convênio marco de colaboração, de acordo com as seguintes

## CLÁUSULAS

**PRIMERA.** – O objeto deste convênio consiste em regular a colaboração entre a Universidade de Vigo e a Universidade de Brasília.

**SEGUNDA.** – O propósito deste convênio é realizar conjuntamente atividades e projetos em todo tipo de assuntos que sejam de interesse para as instituições que representam. Dentre essas atividades, de forma enunciativa, mas não limitada, são citadas as seguintes:

- 1.- Desenvolvimento de projetos de pesquisa.
- 2.- Organização e realização de todo tipo de atividades acadêmicas, tais como cursos, conferências, simpósios ou seminários.
- 3.- Apoio a pesquisadores/as e estudantes.
- 4.- Intercâmbio de publicações, trabalhos de pesquisa e de qualquer tipo de materiais acadêmicos que sejam de interesse.
- 5.- Intercâmbio e colaboração em todo tipo de projetos culturais de interesse comum.
- 6.- Promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens em todos os âmbitos da sociedade.
- 7.- Mobilidade de estudantes e do corpo docente.
- 8.- Quantas sejam consideradas de interesse mútuo, dentro das disponibilidades das partes e de acordo com a legalidade estabelecida na normativa de contratação do setor público.

**TERCEIRA.** - Cada uma das partes se compromete a não difundir, em nenhum aspecto, as informações científicas ou técnicas no desenvolvimento dos projetos de pesquisa que sejam realizados.

Os dados e relatórios obtidos durante a realização dos projetos conjuntos, assim como os resultados finais, terão carácter confidencial. Quando uma de suas partes deseje utilizar os resultados parciais ou finais, em parte ou em sua totalidade, para sua publicação como artigo, conferência, etc., deverá solicitar a conformidade da outra parte por escrito, por meio de carta certificada dirigida ao responsável do seguimento do projeto.

Seja qual for o modo de difusão, será sempre respeitada a menção dos/as autores/as do trabalho. No caso de patentes, eles/elas constarão em qualidade de inventores/as. Em qualquer caso, se fará sempre referência especial a este convênio.

**QUARTA.** – Será constituída uma comissão mista, com representantes designados/as pelos órgãos reitores de ambas partes em regime de paridade. Dita comissão será o órgão de planificação, seguimento e avaliação das ações derivadas deste convênio marco, e entenderá e resolverá todas as questões relacionadas com ele e com os convênios específicos. A comissão mista se reunirá sempre que seja solicitado por uma das partes e, pelo menos, uma vez ao ano, elevará relatórios e propostas aos órgãos reitores de ambas partes.

**QUINTA.** – A celebração deste convênio marco não supõe gasto algum para nenhuma das partes signatárias, motivo pelo qual não precisa de consignação orçamental.

**SEXTA.** – Cada um dos programas concretos de colaboração entre ambas partes requererá a elaboração de um convênio específico no qual se determinará:

1. Definição do objetivo que se persegue.
2. Descrição do programa de trabalho, com indicação das distintas fases e do programa correspondente.
3. Formulação e aprovação do orçamento total assignado e, se for o caso, a conseguinte rubrica orçamental.
4. Relação das pessoas que intervêm nele.
5. No caso de pesquisas conjuntas serão estabelecidas as bases de entendimento para a publicação de resultados, reconhecimento de créditos a pesquisadores/as, assim como a forma de registro e participação no que se refere aos direitos de propriedade industrial e intelectual.
6. Qualquer outro aspecto considerado relevante.

**SÉTIMA.** - Este convênio começará a produzir seus efeitos a partir da data de assinatura e terá uma duração de quatro (4) anos.

No entanto, antes do final do prazo previsto, e se as circunstâncias o aconselharem, as partes, por unanimidade poderão concordar sobre sua prorrogação pelo período estritamente necessário e sempre dentro do limite máximo de até quatro (4) anos adicionais estabelecido na Lei 40/2015, de 1 de outubro, do regime jurídico do setor público.

**OITAVA.** – Serão motivos para rescisão:

1. O transcurso do prazo de vigência do convênio sem concordar sobre a prorrogação do mesmo.
2. O transcurso do prazo máximo de vigência do mesmo incluído o período de prórrogação estabelecido no mesmo.
3. O acordo unânime dos signatários.
4. O incumprimento dos deveres e compromissos assumidos por parte de algum dos signatários.
5. Por uma decisão judicial declaratória da nulidade do convênio.
6. Por qualquer uma das causas abrangidas pela normativa da universidade sobre o conteúdo do convênio.

**NOVENA.** – Em caso que qualquer uma das partes decida denunciar este convênio, deverá anunciá-lo à outra parte com pelo menos três (3) meses de antecedência. As partes convêm que, não obstante o exposto, os projetos específicos e atividades que, de ser o caso, estivessem sendo desenvolvidas no momento de declarar o término deste convênio, continuarão sendo desenvolvidos até sua total conclusão nas bases originalmente acordadas.

**DÉCIMA.** – O incumprimento de qualquer uma das obrigações contraídas por este convênio por uma das partes facultará a outra para rescindi-lo, ficando automaticamente anulados todos os direitos correspondentes sobre o objeto do programa realizado.

**DÉCIMA PRIMEIRA.** - As partes poderão modificar este documento em qualquer momento de comum acordo.

**DÉCIMA SEGUNDA.** - Os acordos que se refletem neste convênio, e nos específicos que se assinem, terão sempre caráter administrativo e deles não se derivarão, em nenhum caso, direitos ou obrigações de caráter laboral.

**DÉCIMA TERCEIRA.** – As questões litigiosas surgidas da interpretação, modificação, resolução e efeitos deste convênio serão resolvidas em primeira instância pela comissão mista paritária. Aquelas que não possam ser resolvidas por dita comissão, se submeterão à jurisdição contencioso-administrativa, dado o caráter administrativo do convênio.

**DÉCIMA QUARTA. CLÁUSULA RELATIVA AOS ACORDOS COM PAÍSES QUE NÃO PERTENCEM À UE E NÃO DECLARADOS ADEQUADOS**

Como é um país que carece de legislação comparável ao Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativo à decisão sobre a adequação ou as garantias adequadas para a transferência de dados pessoais da União Europeia, esta transferência só será possível se a pessoa em causa tiver expressamente consentido a transferência de dados, após ter sido informada dos possíveis riscos para as referidas transferências, devido à ausência de uma decisão de adequação ou das garantias adequadas.

E como prova de conformidade, o presente convênio marco é assinado em português e espanhol no lugar e na data indicados no início.

**PELA UNIVERSIDADE DE VIGO**

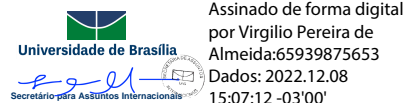
**PELA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

O Reitor

O Secretário para Assuntos Internacionais

36023985M Firmado digitalmente por 36023985M  
 MANUEL MANUEL  
 JOAQUÍN JOAQUÍN  
 REIGOSA (R: REIGOSA (R: Q8650002B)  
 Q8650002B Fecha: 2022.12.09 15:15:04 +01'00'

Assinado de forma digital por Virgílio Pereira de Almeida:65939875653  
 Dados: 2022.12.08 15:07:12 -03'00'



D. Manuel Joaquín Reigosa Roger

D. Virgílio Pereira de Almeida

**CONVENIO MARCO DE COLABORACIÓN  
ENTRE LA UNIVERSIDADE DE VIGO  
Y LA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Vigo, en la fecha de la última firma electrónica

**REUNIDOS**

De una parte, D. Manuel Joaquín Reigosa Roger, Rector Magnífico de la Universidade de Vigo, nombrado según el Decreto de la comunidad autónoma de Galicia 110/2022, del 9 de junio, publicado en el Diario Oficial de Galicia (DOG) núm. 117, del 20 de junio de 2022, de acuerdo con las competencias que le otorga el artículo 20 de la Ley orgánica 6/2001, del 21 de diciembre, de universidades, y el artículo 29 de los Estatutos de la Universidade de Vigo, aprobados por el Decreto 13/2019, del 24 de enero, y publicados en el DOG núm. 38, del 22 de febrero de 2019. Con domicilio en Edificio Exeria, campus universitario, 36310 Vigo.

Y de otra La Universidade de Brasilia, institución federal de enseñanza superior, fundación pública creada por la Ley nº 3.998, de 15/12/61 e instituida por el Decreto nº 500, de 15/01/62, inscrita en el CNPJ bajo el número 00.038.174/0001-43, con sede en el Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP 70910-900, Brasilia-DF, Brasil, representada en este acto por su Secretario para Asuntos Internacionales, Prof. Virgílio Pereira de Almeida, brasileño, residente y domiciliado en Brasilia, DF, titular del CPF nº. 659.398.756-53 y del Documento de Identidad n.º M3.993.431 SSP / MG, con delegación otorgada por el Orden del Rector n.º 0843/2020.

Se reconocen entre sí capacidad jurídica suficiente y poder bastante para obligarse en este Convenio y, a tal efecto,

## EXPONEN

I.- Que ambas partes consideran de interés común promover la cooperación y la colaboración para el desarrollo científico y tecnológico, procurando una aplicación práctica del conocimiento en provecho de la sociedad.

II.- Que es deseo de ambas instituciones la firma de un convenio que instrumente y regule sus relaciones mediante la eventual suscripción de convenios específicos.

En virtud de lo expuesto, manifiestan su voluntad común de suscribir este convenio marco de colaboración, de acuerdo con las siguientes

## CLÁUSULAS

**PRIMERA.-** El objeto de este convenio consiste en regular la colaboración entre la Universidade de Vigo y la Universidade de Brasília.

**SEGUNDA.-** El propósito de este convenio es realizar conjuntamente actividades y proyectos en todo tipo de asuntos que resulten de interés para las instituciones que representan. De entre estas actividades, de forma enunciativa pero no limitada, se mencionan las siguientes:

- 1.- Desarrollo de proyectos de investigación.
- 2.- Organización y realización de todo tipo de actividades académicas, tales como cursos, conferencias, simposios o seminarios.
- 3.- Apoyo a investigadores/as y estudiantes.
- 4.- Intercambio de publicaciones, trabajos de investigación y de cualquier tipo de materiales académicos que resulten de interés.
- 5.- Intercambio y colaboración en todo tipo de proyectos culturales de interés común.
- 6.- Promoción de la igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres en todos los ámbitos de la sociedad.
- 7.- Movilidad de estudiantes y de personal docente.
8. Cuantas otras sean consideradas de interés mutuo, dentro de las disponibilidades de las partes y según la legalidad establecida en la normativa de contratación del sector público.

**TERCERA.-** Cada una de las partes se compromete a no difundir, bajo ningún aspecto, las informaciones científicas o técnicas en el desarrollo de los proyectos de investigación que se lleven a cabo.

Los datos e informes obtenidos durante la realización de los proyectos conjuntos, así como los resultados finales, tendrán carácter confidencial. Cuando una de



las partes desee utilizar los resultados parciales o finales, en parte o en su totalidad, para su publicación como artículo, conferencia, etc., deberá solicitar la conformidad de la otra parte por escrito, mediante carta certificada dirigida al responsable del seguimiento del proyecto.

Cualquiera que sea el modo de difusión, se respetará siempre la mención de los/las autores/as del trabajo. En el caso de patentes, éstos/éstas figurarán en calidad de inventores/as. En cualquier caso, se hará siempre referencia especial a este convenio.

**CUARTA.-** Se constituirá una comisión mixta, con representantes designados/as por los órganos rectores de ambas partes en régimen de paridad. Dicha comisión será el órgano de planificación, seguimiento y evaluación de las acciones derivadas de este convenio marco, y entenderá y resolverá todas las cuestiones relacionadas con él y con los convenios específicos. La comisión mixta se reunirá siempre que lo solicite una de las partes y, por lo menos, una vez al año, elevará informes y propuestas a los órganos rectores de ambas partes.

**QUINTA.-** La celebración de este convenio marco no supone gasto alguno para ninguna de las partes firmantes, motivo por el cual no precisa consignación presupuestaria.

**SEXTA.-** Cada uno de los programas concretos de colaboración entre ambas partes requerirá la elaboración de un convenio específico en el que se determinará:

1. Definición del objetivo que se persigue.
2. Descripción del programa de trabajo, con indicación de sus distintas fases y del correspondiente programa.
3. Formulación y aprobación del presupuesto total asignado y, de ser el caso, la consiguiente partida presupuestaria.
4. Relación de las personas que intervienen en él.
5. En el caso de investigaciones conjuntas se establecerán las bases de entendimiento para la publicación de resultados, reconocimiento de créditos a investigadores/as, así como la forma de registro y participación en lo relativo a derechos de la propiedad industrial e intelectual.
6. Cualquier otro aspecto que se considere relevante.

**SÉPTIMA.-** Este convenio empezará a producir sus efectos a partir de la fecha de su firma y tendrá una duración de 4 años.

No obstante, antes del final del plazo previsto si las circunstancias lo hacen aconsejable, las partes por unanimidad podrán acordar su prórroga por el período estrictamente necesario y siempre dentro del límite máximo de hasta

cuatro años adicional establecido en la Ley 40/2015, de 1 de octubre, de régimen jurídico del sector público.

**OCTAVA.-** Son causas de resolución:

1. El transcurso del plazo de vigencia del convenio sin acordarse la prórroga del mismo.
2. El transcurso del plazo máximo de vigencia del mismo incluido el período de prórroga establecido en el mismo.
3. El acuerdo unánime de los firmantes.
4. El incumplimiento de los deberes y compromisos asumidos por parte de alguno de los firmantes.
5. Por decisión judicial declaratoria de la nulidad del convenio.
6. Por cualquiera de las causas contempladas en la normativa de la universidad sobre el contenido del convenio.

**NOVENA.-** En el caso de que cualquiera de las partes decida denunciar este convenio deberá anunciarlo a la otra con al menos tres meses de antelación. Las partes convienen que, no obstante lo anterior, los proyectos específicos y actividades que, de ser el caso, se estuviesen desarrollando en el momento de declararse la terminación de este convenio, continuarán desarrollándose hasta su total conclusión bajo las bases que originariamente se acordaron.

**DÉCIMA.-** El incumplimiento de cualquiera de las obligaciones contraídas por este convenio por una de las partes facultará a la otra para rescindirlo, quedando automáticamente anulados todos los derechos correspondientes sobre el objeto del programa realizado.

**DÉCIMO PRIMERA.-** Las partes podrán modificar este documento en cualquier momento de mutuo acuerdo.

**DÉCIMO SEGUNDA.-** Los acuerdos que se reflejan en este convenio, y en los específicos que se firmen, tendrán siempre carácter administrativo y de ellos no se derivarán, en ningún caso, derechos u obligaciones de carácter laboral.

**DÉCIMO TERCERA.-** Las cuestiones litigiosas surgidas por la interpretación, modificación, resolución y efectos de este convenio serán resueltas en primera instancia por la comisión mixta paritaria. Las que no puedan ser resueltas por dicha comisión, se someterán a la jurisdicción contencioso-administrativa, dado el carácter administrativo del convenio.

**DÉCIMO CUARTA.-**

**CLÁUSULA PARA CONVENIOS CON PAÍSES NO PERTENECIENTES A LA UE Y NO DECLARADOS ADECUADOS**

Al tratarse de un país que carece de legislación equiparable al Reglamento (UE) 2016/679, del Parlamento Europeo y del Consejo, de 27 de abril de 2016, de una decisión de adecuación o de las garantías adecuadas para la transferencia de datos de carácter personal desde la Unión Europea, dicha transferencia solamente será posible si la persona interesada dio explícitamente su consentimiento a la transferencia de datos, tras ser informada de los posibles riesgos para ella de dichas transferencia debido a la ausencia de una decisión de adecuación o de las garantías adecuadas.

Y en prueba de conformidad, se firma el presente convenio marco en ejemplar portugués y castellano en el lugar y fecha indicados al comienzo.


**POR LA UNIVERSIDADE DE VIGO**

**POR LA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

El Rector

El Secretario para Asuntos Internacionales

36023985M Firmado digitalmente por  
 MANUEL 36023985M  
 JOAQUÍN MANUEL JOAQUÍN  
 REIGOSA (R: REIGOSA (R:  
 Q8650002B) Q8650002B)  
 Fecha: 2022.12.09  
 15:14:30 +01'00'



Assinado de forma digital por Virgílio Pereira de Almeida:65939875653  
 Dados: 2022.12.08  
 15:09:08 -03'00'

D. Manuel Joaquín Reigosa Roger

D. Virgílio Pereira de Almeida